

# ASSOCIAÇÕES RURAIS, SINDICATOS AGRÍCOLAS E COOPERATIVAS

---

Marina Haizenreder Ertzogue<sup>1</sup>

---

---

O movimento do associativismo rural no Rio Grande do Sul, teve a sua origem pela iniciativa de uma elite representante dos seguimentos sociais mais representativos do meio rural.<sup>2</sup>

A primeira sociedade fundada no Brasil, voltada para os problemas rurais foi a Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura, fundada em 10 de junho de 1895, em Paris, por Assis Brasil, pecuarista, diplomata e político riograndense.

A Sociedade Nacional de Agricultura, fundada em 16 de janeiro de 1897, era considerada a mais importante a nível de Brasil. Esta sociedade veio abrir de vez a era de desenvolvimento agrícola no país.

Promoveu o I Congresso Nacional de Agricultura no país, no Rio de Janeiro, em 1901, bem como uma série de exposições agrícolas e conferências, cursos práticos de técnicas agrícolas e zootecnia.

A atuação desta sociedade foi muito significativa, influenciando as demais sociedades congêneres que surgiram em todo país.

A Sociedade Nacional de Agricultura, manteve desde a sua fundação uma revista mensal "A Lavoura", com uma série de artigos de interesse das classes produtoras, além de desenvolver uma intensa propaganda em favor dos sindicatos agrícolas e do crédito rural, ensino agrícola, redução das tarifas ferroviárias etc.

---

1 Profa. Mestre em História.

2 SCHERER, Ilse. Associativismo e sindicalismo rural no Rio Grande do Sul, Porto Alegre, UFRGS-IEPE (Dissertação de Mestrado. mimeo). 1972. p. 46.

A Sociedade Nacional de Agricultura, existe até hoje, com sua sede no Rio de Janeiro, oferecendo ao público cursos práticos de agricultura e pecuária, além dos cursos coloca a disposição do público a Biblioteca Edgar Teixeira Leite (Depositária da FAO).

No Rio Grande do Sul, o ideal associativista, o congregaciamento de um grupo de indivíduos pertencentes a um mesmo grupo social, com objetivo de representação e defesa de seus interesses comum,<sup>3</sup> tiveram repercussão entre as elites intelectuais e líderes pecuaristas, em um primeiro momento, motivados pela crise que atingiu a pecuária gaúcha, em decorrência da Revolução Federalista, 1893.

Por outro lado, os pecuaristas sentiram a necessidade de se unirem em associações rurais para levarem as suas reivindicações aos seus representantes no governo.

Outro fator, que de certa forma, motivou este movimento associativo entre as classes produtoras, se deve ao fato de que, a partir da segunda metade do séc. XIX, temos o desenvolvimento da agricultura colonial, os pecuaristas buscaram na organização de associações rurais, uma forma de defender os seus interesses comuns, a medida que viram a sua hegemonia econômica ameaçada devido a expansão da agricultura colonial.

Desta forma, o movimento associativo, deu-se na forma de uma aliança das classes produtoras, entenda-se pecuarista, neste primeiro momento, com o poder público, governo, com a finalidade de obterem maiores recursos para o desenvolvimento da pecuária. Temos exemplos concretos de muitos líderes de associações rurais que também se destacaram na política como deputados estaduais, como Joaquim Luiz Osório, deputado estadual e presidente da Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul, e após, da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul.

## 1 – Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul

O movimento associativo no Rio Grande do Sul, teve o seu início na cidade de Pelotas.

---

<sup>3</sup> Idem. p. 10.

A Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul, fundada em 12 de outubro de 1898 em Pelotas, é a mais antiga associação de criadores e agricultores do Estado e uma das primeiras no Brasil.

A iniciativa de organizar uma associação rural com objetivo de defender os interesses dos produtores rurais foi preconizada por um grupo de produtores rurais e intelectuais, este movimento teve o seu início através de uma série de artigos publicados na Revista Agrícola do Rio Grande do Sul, mantida pelo Liceu Rio-Grandense de Agronomia de Pelotas, esta revista mensal, teve o seu primeiro número publicado em 31 de julho de 1897. A comissão de redação era composta pelos professores do referido liceu e diversos colaboradores, entre eles destacamos J. C. Nunes Vieira, Guilherme Missem, prof. de agricultura, F. J. Rodrigues Araújo, prof. de botânica e zoologia, Victor Leivas, agrônomo, Guilherme Ahrons, engenheiro, Graciano Azambuja, advogado, entre outros, foram os idealizadores do movimento associativo entre os produtores rurais, através de uma série de artigos, publicados na Revista Agrícola, preconizava a formação de uma Sociedade Rio-grandense de Agricultura, com sede em Pelotas, dedicada exclusivamente aos interesses dos produtores rurais, nos moldes da Sociedade Nacional de Agricultura.

Assim foi lançado no Rio Grande do Sul, as bases do movimento associativo, com o título provisório de Sociedade Rio-Grandense de Agricultura, a finalidade desta sociedade era, além de estabelecer a comunhão mais estreita entre os seus associados, através de congressos, conferências etc., a defesa dos interesses dos produtores rurais perante o poder público, promover conferências para maior vulgarização dos conhecimentos agrônômicos, estimular o ensino agrícola, facilitar para os seus sócios a compra de máquina agrárias, animais reprodutores etc. promover exposições e feiras agro-pecuárias, etc.

A adesão da classe produtora ao movimento iniciado pela comissão de relação da Revista Agrícola, se deu a partir de uma circular para convocação de uma assembléia de fundação da sociedade em 12 de outubro de 1898. A repercussão desse movimento entre as classes produtoras do Estado, foi acolhida com entusiasmo, subscreveram a ata de fundação cerca de 84 produtores rurais, além de muitas cartas e telegramas, enviados por interessados que se fizeram representar no ato de fundação da sociedade. Foi eleito como presidente da sociedade José Cipriano Nunes Vieira, diretor do Liceu Rio-Grandense de Agronomia,

atualmente, Escola de Agronomia Eliseu Maciel, de Pelotas, a mais antiga escola de agronomia do Brasil.

Conforme os estatutos da referida sociedade, fundada em 12 de outubro de 1898, com sede em Pelotas, era uma agremiação de criadores e agricultores, sob o título de "Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul", com o fim de estabelecer uma comunhão estreita entre os membros da classe rural, que constituída de uma personalidade jurídica, para a defesa dos interesses da mesma classe, com o fim de promover qualquer medida tendente a favorecer o progresso agrícola e proporcionar aos seus membros as vantagens resultantes da associação. O artigo nº 3 trata do programa da sociedade, conforme os estatutos que regem a entidade.

Art. 3º – A Sociedade se empenhará na proporção de seus recursos, na execução do seguinte programa:

1º – Dirigir-se aos poderes legislativos, seja federais, estaduais, ou municipais, com o fim de obter leis, decretos, medidas ou auxílios que a Sociedade julgar convenientes para os interesses da classe e da agricultura.

2º – Comprar ou importar, exclusivamente para os seus membros, instrumentos agrários, sementes, materiais de uso puramente agrícola e animais reprodutores, sem lucros para a Sociedade.

3º – Promover conferências e fazer publicações para a maior vulgarização dos conhecimentos agrônômicos.

4º – Organizar concursos de instrumentos agrários.

5º – Organizar, anualmente, uma ou mais exposições de produtos animais e vegetais, concedendo prêmios aos expositores dos melhores produtos.

Além do programa exposto, era objetivo da Sociedade estabelecer um campo de demonstração e experiência para o aperfeiçoamento dos reprodutores de animais de raça e de novas culturas agrícolas, sob a direção de técnicos e profissionais agrônomos.

A trajetória da Sociedade Agrícola Pastoril, desde a data de sua fundação foi bastante significativa, uma vez que, foi esta sociedade a pioneira; despertou o movimento associativo entre as classes rurais do Estado.

Outras sociedades rurais foram fundadas no Estado, a partir da Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul, com sede em Pelotas, representando os interesses da classe rural, daquela cidade, embora a sua denominação sugerisse a união de todas as sociedades congêneres,

fundadas no Estado, no período de 1898-1909, estas permaneceram independentes até 1909, quando então foi proposta pela Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul, a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul.

I – Sociedades rurais fundadas no Rio Grande do Sul, no período de 1898-1909.

- Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul, (Pelotas)
- Sociedade Agrícola Pastoril de Uruguaiana, (Uruguaiana)
- Sociedade Agrícola Pastoril de Guaporé, (Guaporé)
- Sociedade Agrícola Pastoril Pedritense, (D. Pedrito)
- Sociedade Agrícola e Industrial de Jaguarão, (Jaguarão)
- Sociedade Agrícola Santa Mariense, (Santa Maria)
- Sociedade Agrícola de Montenegro, (Montenegro)
- Sociedade Agrícola Sepense, (S. Sepé)
- Sociedade Agrícola Pastoril Júlio de Castilhos, (Júlio de Castilhos)
- Associação Rural de Bagé, (Bagé)
- Associação Rural de Quaraí, (Quaraí)
- Associação Rural de São Gabriel, (São Gabriel)
- Associação Rural de Tupanciretã, (Tupanciretã)<sup>4</sup>

A Sociedade Agrícola Pastoril, foi a pioneira na organização das "exposições-feiras, agro-pastoril, no RS", levadas a efeito em toda zona pastoril do Estado. Estas exposições foram importantes nas mudanças de técnicas, na pecuária, contribuindo para provocar gradualmente uma mudança de mentalidade, ainda que em uma pequena parte dos pecuaristas para o aperfeiçoamento da pecuária gaúcha.

Entre outros serviços prestados pela Sociedade Agrícola Pastoril, era a distribuição de sementes de trigo e cereais.

Manteve a publicação da Revista Agrícola do Rio Grande do Sul, até 1915, com uma série de artigos especializados referente aos interesses da classe dos produtores rurais e do público em geral.

Promoveu a sociedade, uma série de conferências, e congressos agrícolas no Estado.

Em 12 de outubro de 1908, a Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul, promoveu o I Congresso Agrícola no Rio Grande do Sul, em comemoração aos 10 anos de atividades desta Sociedade.

4 Fonte: Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, ano de 1909, Rio de Janeiro, p. 56-57.

O congresso foi realizado em Pelotas, com a participação das Sociedades Rurais do Estado. Foram discutidos nesta ocasião: o crédito agrícola, a cultura do trigo, a mecanização da lavoura, o ensino agrícola e a questão dos transportes ferroviários, entre outros.

Neste congresso foi apresentada uma das propostas mais importantes e polêmicas: a formação da Federação das Sociedades Agrícolas do Rio Grande do Sul, que já havia sido cogitada pela redação da Revista Agrícola, defendida por Joaquim Luiz Osório e Guilherme Missem, entre outros, com objetivo de união das demais associações rurais do Estado, bem como dos sindicatos e cooperativas agrícolas, que foram fundadas durante este período.

A Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, foi concretizada, em uma assembléia dos produtores rurais, com a participação de diversas associações agrícolas, realizada em Porto Alegre, na data de 20 de setembro de 1909, promovida pela Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul, com a assistência de representantes de diversas entidades rurais, entre elas destacamos o Centro Econômico, com sede em Porto Alegre, ficou assim constituída, a "Federação" com a aprovação de seus estatutos, e aclamada a sua primeira diretoria, confiada à Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul.

O 1º Congresso da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, foi realizado em Porto Alegre, na data de 12 de junho de 1910 com a participação das associações filiada à Federação, além de representantes da Sociedade Nacional de Agricultura e demais autoridades.

Nesta ocasião foram apresentados diversos trabalhos, conferências e debates sobre os principais problemas e as soluções para as questões referentes ao desenvolvimento da pecuária e da agricultura no Estado.

Em 1912, foi fundada em Porto Alegre, a "União dos Criadores" que tinha por objetivo a criação de um banco de crédito rural, e a compra de material em comum para os fazendeiros.

Para maior centralização dos esforços foi cogitado a fusão destas duas sociedades, a "união dos Criadores" e a "federação Rural", a dualidade destas duas entidades determinou a sua fusão, que ocorreu em Bagé, em 1921, quando a "União dos Criadores" foi incorporada à Federação das Associações Rurais.

Durante o período da Revolução de 1922, foi interrompida as atividades da Federação Rural.

Voltando a se reunir em Congresso em 1927, a partir desta data temos o ressurgimento da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, que perdura até os nossos dias, sob a denominação de FARSUL; com sede em Porto Alegre.

## **2 – Centro Econômico: Associação Promotora dos Interesses Econômicos do Rio Grande do Sul**

Com a denominação de Associação Promotora dos Interesses Econômicos do Rio Grande do Sul, foi fundada em 15 de junho de 1904, na Sociedade Germânia, em Porto Alegre, durante uma concorrida reunião entre os principais representantes do comércio exportador, industriais e profissionais liberais da capital do Estado.

O Centro Econômico, nome pelo qual ficou conhecida a referida associação, tinha o objetivo de defender os interesses econômicos do Rio Grande do Sul, foi seu fundador e presidente o Dr. Robert Jannasch, cientista alemão, professor da universidade de Berlim e estudioso da imigração alemã no Rio Grande do Sul.

O Dr. Robert Jannasch visitou a região colonial a convite do presidente do Estado, Borges de Medeiros, com a finalidade de conhecer e avaliar a situação das colônias alemãs nesta região.

O Centro Econômico tinha como seu principal objetivo estimular o desenvolvimento dos diversos setores produtivos do Estado, através da cooperação de todos os habitantes do Rio Grande do Sul, independente de nacionalidade, idioma, ou facção política.

Para por em prática este objetivo, o Centro Econômico, elaborou um programa abrangendo as questões mais relevantes da economia gaúcha, neste período, o programa elaborado de acordo com as prioridades estava assim, dividido em seções:

### **1ª – Colonização e imigração:**

Estimular a imigração no Estado de forma ordenada e organizar um serviço de informação e estatística para os imigrantes e colonos estrangeiros para fazer conhecer as condições quanto a legitimidade dos títulos, qualidade do solo, localização etc.



### 2º – Agricultura e pecuária:

Comprovar a rentabilidade da colonização dos campos para o desenvolvimento da produção agrícola racional. Evitar o desmatamento com a preservação das matas.

### 3º – Comércio e indústria:

Além de promover a defesa destas atividades, como fator de desenvolvimento econômico do Estado, propõem a criação do "Centro de Cereais" para estabelecer um intercâmbio entre os centros produtores para a verificação da cotação dos produtos agrícolas.

### 4º – Proteção das matas e cultura dos bosques, caça e pesca.

### 5º – Aproveitamento e valorização das riquezas minerais do Estado.

### 6º – Viação:

Conservação das estradas de rodagens e vias fluviais.

### 7º – Finanças:

Estudar as formas para obter através de financiamento, capital estrangeiro, para realização de projetos na área econômica, quando não for possível obtê-lo nesta praça.

O programa do Centro Econômico visava atender os interesses dos setores emergentes de uma classe média em formação no Estado, bem como a exploração racional das riquezas do solo.

Baseando-se na composição dos filiados desta associação, na sua maioria, eram industriais, comerciantes e exportadores, estabelecidos em Porto Alegre, dentre os quais destacamos: Alberto Bins, Arthur Bromberg, John Gerdau, Frederico Dexheimer, Germano Petersen, Carlos Trein Filho, Nicolau Ely, Germano Steigleder, F. G. Bier, Edmundo Dreher, Antonio Chaves Barcelos, entre outros.

É possível concluir que a partir de um projeto com objetivo de desenvolver os diversos setores produtivos do Estado, com a participação do "empresariado gaúcho" contasse com o apoio do governo do Estado, Borges de Medeiros, era o presidente honorário do Centro Econômico.

Em 1905 o Centro Econômico contava com 125 sócios comuns, 207 sócios fundadores e 9 sócios protetores.

Também estava incluído dentro das propostas do Centro Econômico a organização de sindicatos agrícolas, neste sentido, foi desenvolvido uma ativa propaganda para conscientização dos produtores da região



colonial, junto aos imigrantes italianos e alemães, através de publicações, boletins, distribuídos nos núcleos coloniais.

O Centro Econômico defendia em seu programa: A instrução agrícola nas escolas desde o ensino primário, o ensino profissionalizante para a formação de pessoal especializado para todos os ramos da indústria. Em relação a agricultura, defendia a organização do trabalho rural, sob a forma de associações agrícolas, e aparelhar a agricultura com todos os elementos modernos do progresso, além da instituição do crédito agrícola.

O Centro Econômico, mantinha uma revista para divulgação de seu programa. A revista do Centro Econômico tinha ainda por fim: divulgar noções de agricultura, promover a expansão da pecuária, difundir o comércio, promover a imigração e a colonização, e melhorias das condições de transportes.

Contudo, uma das idéias capitais, dentro do programa do Centro Econômico era a questão do protecionismo econômico, significa proteger a produção nacional, no caso os produtos da agricultura e da pecuária, através das tarifas aduaneiras, ou seja, tributar com impostos, os artigos estrangeiros, importados, que tenham similares na produção nacional.

O Centro Econômico, apesar de ter um programa voltado para as questões agrícolas, não se tratava de uma organização de agricultores e nem tão pouco de pecuaristas, tratava-se de uma organização de industriais e de grandes comerciantes exportadores.

Propunha-se o Centro Econômico aparelhar a agricultura com os elementos modernos do progresso, organizar os pequenos produtores rurais em sindicatos agrícolas, na verdade o objetivo do Centro Econômico, era organizar a produção agrícola, de modo a torná-la apta, a fornecer os meios de subsistência e a matéria-prima para as suas indústrias, abria-se perspectivas para a afirmação de uma indústria diversificada, e que por esta razão a região colonial era um importante centro fornecedor de matérias-prima.

O Centro Econômico, promoveu, em conjunto com o governo do Estado, uma ativa propaganda, em favor da organização dos sindicatos agrícolas, na região colonial, a partir de 1905, chegando a fundar cerca de 22 sindicatos agrícolas espalhados por todo o Estado.

O Centro Econômico manteve as suas atividades até meados de 1912, quando esta associação entra em crise, por motivos diversos, sendo extinta neste mesmo período.

### **3 – Sindicatos agrícolas**

Os sindicatos agrícolas representam uma associação formada por agricultores, proprietários de terras, e de todas as pessoas que exercendo profissões conexas à produção agrícola, que tem por fim: o estudo e a defesa dos seus interesses econômicos e profissionais da classe.

Os sindicatos agrícolas surgiram na França, com a lei de 21 de março de 1884, em princípio o objetivo dos sindicatos, criado pelo referido decreto era para a defesa dos interesses de industriais e operários, através de uma emenda, a legislação francesa, estendeu os benefícios desta organização para a defesa dos interesses dos agricultores.

No Brasil, os sindicatos agrícolas, começaram a serem organizados, a partir do I Congresso Nacional de Agricultura, em 1901, no Rio de Janeiro, promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Como precursor do movimento sindicalista fundou-se o primeiro sindicato agrícola em São Thiago do Iguapé, na Bahia, em 2 de março de 1902.

Em 6 de janeiro de 1903, era regulamentado por um decreto Federal, a organização e o funcionamento dos sindicatos agrícolas, com base na legislação francesa de 21 de março de 1884.

Concedendo uma série de vantagens para estas associações, lei previa ainda que, além das isenções de impostos, era permitido aos sindicatos exercerem as funções de compra e venda dos gêneros agrícolas e instrumentos agrários, sem intermediários, em nome do próprio sindicato.

Depois da lei de 6 de janeiro de 1903, muitos sindicatos agrícolas foram fundados em todo Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul.

A partir de 1905, Borges de Medeiros, presidente do Estado, demonstrando acompanhar com maior interesse a formação de sindicatos agrícolas, delegava ao major Euclides de Moura, encarregado de tratar das questões agrícolas no Estado, a tarefa de fazer a propaganda dos sindicatos agrícolas, com apoio do Centro Econômico foram promovidas conferências nos núcleos coloniais, e pela imprensa local, através da publicação de uma série de artigos com objetivo de promover a organização dos sindicatos agrícolas na região colonial.

No Rio Grande do Sul, os sindicatos agrícolas foram organizados com incentivo do governo do Estado e com o apoio do Centro Econômico, através de uma ativa propaganda que visava a organização dos

pequenos produtores da região colonial para o desenvolvimento racional da agricultura colonial.

A organização dos sindicatos agrícolas no Estado foi motivada, em parte, pela decadência progressiva da exportação dos produtos agrícolas no Rio Grande do Sul, sobretudo, na região colonial, e a concorrência que estes mesmos produtos enfrentavam com a produção similar nacional e do estrangeiro, associado a outros fatores como o esgotamento do solo, nas antigas colônias, e a adoção de técnicas rudimentares no cultivo do solo.

Não passava desapercibido ao governo do Estado, que parcelas significativas das exportações do Estado era procedente da região colonial, pelo que se propunha a fomentar a organização dos sindicatos agrícolas na região colonial.

Fazia parte dos planos do governo desenvolver de forma equilibrada os diversos setores produtivos da economia do Estado, seguindo a orientação positivista, baseado no positivismo de Conte, que era uma espécie de suporte ideológico do governo do PRR (Partido Republicano Rio-grandense). Entendemos que o governo, assim, procedendo, ao buscar desenvolver os diversos setores produtivos do Estado, dando ênfase a um projeto de desenvolver a agricultura, com fins especulativos, buscava uma forma de neutralizar a hegemonia econômica da pecuária, que era a principal atividade econômica do Estado neste período.

Desta forma, com objetivo de desenvolver a agricultura colonial de forma racional, através da organização dos sindicatos agrícolas foi elaborado um programa para atender esta finalidade.

Os sindicatos agrícolas tinham por finalidade:

Propagar o ensino agrícola para desenvolver racionalmente a agricultura, favorecer a introdução de máquinas agrícolas para facilitar o trabalho na lavoura com o fim de aumentar a produção e reduzir os seus custos.

Reduzir as despesas do agricultor pela compra em comum de implementos agrícolas, máquinas, sementes etc., comprando diretamente dos atacadistas, bem como a redução dos fretes das mercadorias adquiridas em comum.

Instituir as caixas rurais, e o crédito agrícola, entre os associados para a compra de máquinas, sementes e implementos agrícolas, com a finalidade de adiantamento de dinheiro, com juros mínimos. As caixas rurais, deveriam ser formada pelos membros do sindicato, funcionando como uma espécie de poupança em conjunto dos agricultores para

empréstimos, destinados exclusivamente para as transações de compra de implementos necessários para a agricultura.

Também fazia parte do programa a criação de um Sindicato Central com a finalidade de centralizar as transações de compra e vendas dos sindicatos locais, além de buscar uma melhor colocação dos produtos agrícolas nos mercados consumidores.

Durante esta primeira fase, no Rio Grande do Sul, foram organizados diversos sindicatos espalhados por todo o Estado.

*I – Sindicatos agrícolas no Rio Grande do Sul – (1905-09)*

Sindicato Agrícola de Porto Alegre  
Sindicato Agrícola de S. Sebastião do Caf  
Sindicato Agrícola de São Leopoldo  
Sindicato Agrícola de Taquara  
Sindicato Agrícola de Estrela  
Sindicato Agrícola de Lajeado  
Sindicato Agrícola de Guaporé  
Sindicato Agrícola de Uruguiana  
Sindicato Agrícola de São Gabriel  
Sindicato Agrícola de Bento Gonçalves  
Sindicato Agrícola de Garibaldi  
Sindicato Agrícola de Jaguari  
Sindicato Agrícola de Cachoeira  
Sindicato Agrícola de Passo Fundo  
Sindicato Agrícola de Rio Negro  
Sindicato Agrícola de Conceição do Arroio  
Sindicato Agrícola de Cascata  
Sindicato Agrícola de São Lourenço  
Sindicato Agrícola de Candelária  
Sindicato Agrícola Apícola de Taquari  
Sindicato Rural da Fronteira (Santana do Livramento)

Fonte: Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, ano 1909, Rio de Janeiro, p. 56-57.

*II – Sindicatos Agrícolas no Brasil – (1902-09)*

Estado	Nº de sindicatos agrícolas
Rio Grande do Sul	21
Pernambuco	12
Minas Gerais	5
Rio de Janeiro	3
Bahia	3
Maranhão	3
Pará	3
São Paulo	1
Sergipe	1
Alagoas	1
Paraíba	1
Espírito Santo	1

Fonte: Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, ano 1909, Rio de Janeiro, p. 56-57.

Vê-se que o Brasil contava com 55 sindicatos agrícolas, de acordo com a estatística dos estados, o Rio Grande do Sul, contava com cerca de 40% destes sindicatos em todo o País.

Em 1910, por ocasião do I Congresso da Federação das Associações Rurais, realizado em Porto Alegre, a maior parte dos sindicatos agrícolas, fundado no Estado, os quais, ficaram isolados, sem força, que a unidade de ação poderia lhes prestar, ou desapareceram por falta de estímulo que estas condições determinaram.

O presidente da Federação Rural, Joaquim Luiz Osório, atribui o fracasso do movimento em primeiro lugar pela falta de compreensão por parte do elemento colonial dos mecanismos que envolvem o movimento associativo no meio rural, em segundo lugar explica o fracasso dos sindicatos pela falta de uma proteção completa e eficaz pelos órgãos competentes.

Se, no entanto, a maioria dos sindicatos foram sendo dissolvidos, com exceção do sindicato agrícola de Santa Cruz (1910) e o de Lajeado (1909), que até meados de 1920, ainda continuavam em atividade, estes, estas associações contribuíram de forma decisiva para difundir os princípios associativos entre as classes rurais do Estado.

#### 4 – Cooperativas

O movimento cooperativista no Rio Grande do Sul, e também no Brasil, foi preconizado pelo padre jesuíta Théodor Amstadt, que lançou as bases do cooperativismo, em uma união da "Bauernverein", Associação dos Agricultores Rio-Grandenses, da Linha Imperial, no atual município de Nova Petrópolis, a idéia da organização de uma Caixa de Crédito Rural, nos moldes das Caixas Raiffeisen, idealizada por Friedrich Wilhelm Raiffeisen.

Montado no lombo de sua mula, o padre Amstadt, conhecido como "pai dos colonos", percorreu durante longos anos as picadas coloniais, fazendo ao lado da catequese religiosa, a doutrinação do sistema de crédito cooperativista.

Assim, nascia a primeira instituição de cunho cooperativista no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul, denominada de Cooperativa de Crédito Rural Nova Petrópolis Ltda. (COOPERURAL), fundada em 28 de dezembro de 1902, pelo padre Théodor Amstadt.

A iniciativa do padre Amstadt, fundando em 1902, a primeira caixa rural cooperativa, em Nova Petrópolis, fez do Rio Grande do Sul, o berço do cooperativismo brasileiro.

Porém, o movimento cooperativista, no Brasil, e em especial no Rio Grande do Sul, ganha um grande impulso, a partir do decreto federal, lei nº 1637, de 5 de janeiro de 1907, que regulamenta a organização das cooperativas no país.

Em palavras simples, uma cooperativa nada mais é que a corporificação de um princípio: "a união faz a força", mediante a associação de pessoas que, conjugando esforços e recursos, visam solidariamente, superar os problemas comuns. O capital da cooperativa, dividido em cotas-partes, é subscrito e integralizado pelos associados. No meio rural as cooperativas podem voltar-se às áreas de crédito, comercialização de produtos agrícolas, beneficiamento, etc.

No Rio Grande do Sul, a partir de 1911, ganha impulso, em especial, na região de colonização italiana, em Caxias, Garibaldi, Bento Gonçalves, Guaporé, Alfredo Chaves, etc.

O movimento cooperativista no Brasil, contava com o incentivo do Ministério da Agricultura, na pessoa do Dr. Pedro de Toledo, que defendia o sistema cooperativista, para eliminar os intermediários, os produtores rurais e os centros consumidores.

O Ministério da Agricultura encarregou para realizar a propaganda do cooperativismo no Rio Grande do Sul, um técnico italiano, e grande orador, Giuseppe di Stéfano Partenó.

Partenó chegou em Porto Alegre no dia 1º de setembro de 1911, e percorrendo as colônias italianas, exaltou em conferências públicas as vantagens do sistema cooperativista.

Em 12 de outubro de 1911, marca a data da fundação da primeira cooperativa agrícola colonial, denominada: Cooperativa Agrícola de Caxias, foi fundada também uma caixa de crédito rural.

A atividade econômica predominante na região de colonização italiana era a agricultura, e sobretudo, a viticultura, a produção de vinhos na região colonial, neste sentido, as cooperativas instaladas nesta região tinham como meta, a colocação dos produtos agrícolas nos mercados consumidores, sem intermediários, através das cooperativas, além de aperfeiçoar a qualidade do vinho produzido nesta região, é de outros produtos coloniais, com a finalidade, de concorrerem com maior vantagem com os similares nacionais e estrangeiros nos mercados consumidores.

De setembro de 1911 a dezembro de 1912, foram organizadas cerca de 9 cooperativas agrícolas na região de colonização italiana.

Simultaneamente, foram organizadas na mesma região, as primeiras cooperativas de produtos suínos, de laticínios e de madeiras, bem como uma União das Cooperativas do Rio Grande do Sul, fundada em 20 de setembro de 1912.

A partir de 1913, as cooperativas de produção da região colonial, passaram por uma série de dificuldades financeiras e administrativas, começaram a declinar, enfraquecendo-se sensivelmente o movimento iniciado por Partenó.

De 1914 até 1929 há um silêncio no movimento cooperativo dessa região, as cooperativas da região italiana, neste período, praticamente desapareceram.

O cooperativismo ressurgiu, nesta região, por volta de 1929, quando os reflexos da crise mundial, tiveram repercussão na economia gaúcha, impulsionou novamente o movimento cooperativista no Estado, na forma associativa de organização dos produtores agrícolas para a defesa de seus interesses comuns.

A partir do ressurgimento do movimento cooperativista, este foi se expandindo por todo o Estado, tanto na agricultura como na pecuária, indústria de transformação, beneficiamento, consumo, etc.



**FONTES PRIMÁRIAS:****Anais, congressos, jornais, revistas, etc.**

- Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura.
  - ASSIS BRASIL, J. F. *A cultura dos campos*, Paris, Sociedade para Animação da Agricultura, 1905.
  - Revista do Centro Econômico*, nº 9, Porto Alegre, dez. 1906.
- Sociedade Nacional de Agricultura
  - Resumo Histórico, in: *a Lavoura*, nº 5, Rio de Janeiro, maio de 1908.
- Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul.
  - Programa e estatutos da Sociedade Agrícola Pastoril do Rio Grande do Sul, in: *Revista Agrícola do Rio Grande do Sul*, nº 4, Pelotas, out. 1898.
  - I Congresso Agrícola, in: *Revista Agrícola do Rio Grande do Sul*, nº 8, 9, 10, Pelotas out. nov. dez. 1908.
  - Opinião pública*, Pelotas, 13 out. 1908.
  - Diário Popular*, Pelotas, 14 out. 1908.
  - I Congresso da Federação Rural do RS. *Revista Agrícola*, nº (3-12) 1910.
- Associações Rurais, In: *Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas*, Rio de Janeiro, 1908.
- Centro Econômico do Rio Grande do Sul.
  - Programas e estatutos do Centro Econômico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Gundilach & Besker, 1905.
  - Relatórios do Centro Econômico do Rio Grande do Sul. (1907-1909).
  - *Revista do Centro Econômico*, (1906-1912).
- Sindicatos Agrícolas e Cooperativas.
  - MOURA, Euclides. Sindicatos Agrícolas e Caixas Rurais, in: *Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul pelos sindicatos agrícolas e Caixas Rurais*, Porto Alegre, Centro Econômico, 1905.
  - GOBBATO, Celeste. A cooperação na Agricultura. in: *Correio do Povo*, Porto Alegre, julho de 1922.
  - Jornais: *Correio do Povo*, Porto Alegre, (1902-1914).
  - *A Federação*, Porto Alegre, Porto Alegre, (1900-1910).
  - *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, (1906-1911).
  - *O Diário*, Porto Alegre, (1911-1917).

**BIBLIOGRAFIA**

- ACCARINI, José. *Economia Rural e Desenvolvimento*, Petrópolis, Vozes, 1987.
- FIGUEIREDO, Osório S. *Cooperativa Rural Gabrielense: 50 anos de História*, São Gabriel, (RS), 1985.
- FREITAS, Luiz G. A Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO RURAL, 10, Porto Alegre, 1937. *Anais*. Porto Alegre, FARSUL, 1937.
- MONSERRAT, J. O. O Cooperativismo na zona de colonização italiana. in: *Álbum comemorativo dos 75º aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Globo, 1950.
- OLIVEIRA, Nestor B. *Cooperativismo: guia prático*, Porto Alegre, Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul, 1984.
- PESAVENTO, Sandra J. *A Burguesia Gaúcha: dominação do Capital e disciplina do trabalho*, (1889-1930) Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.
- SCHERER, Ilse. *Associativismo e sindicalismo rural no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, UFRGS:IEPE (Dissertação de Mestrado, mimeo). 1972.
- SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. *Sindicatos Agrícolas, Sindicatos Profissionais e sociedades cooperativas*, Rio de Janeiro, 1908.
- REVERBEL, Carlos. *Pedras Altas, a vida no campo segundo Assis Brasil*, Porto Alegre, LPM, 1984.